



# NOTA MENSAL de **CONJUNTURA**

Nº3 | MARÇO | 2023

Cofinanciado por:





UNIÃO GERAL DE  
TRABALHADORES

Nota Mensal de Conjuntura

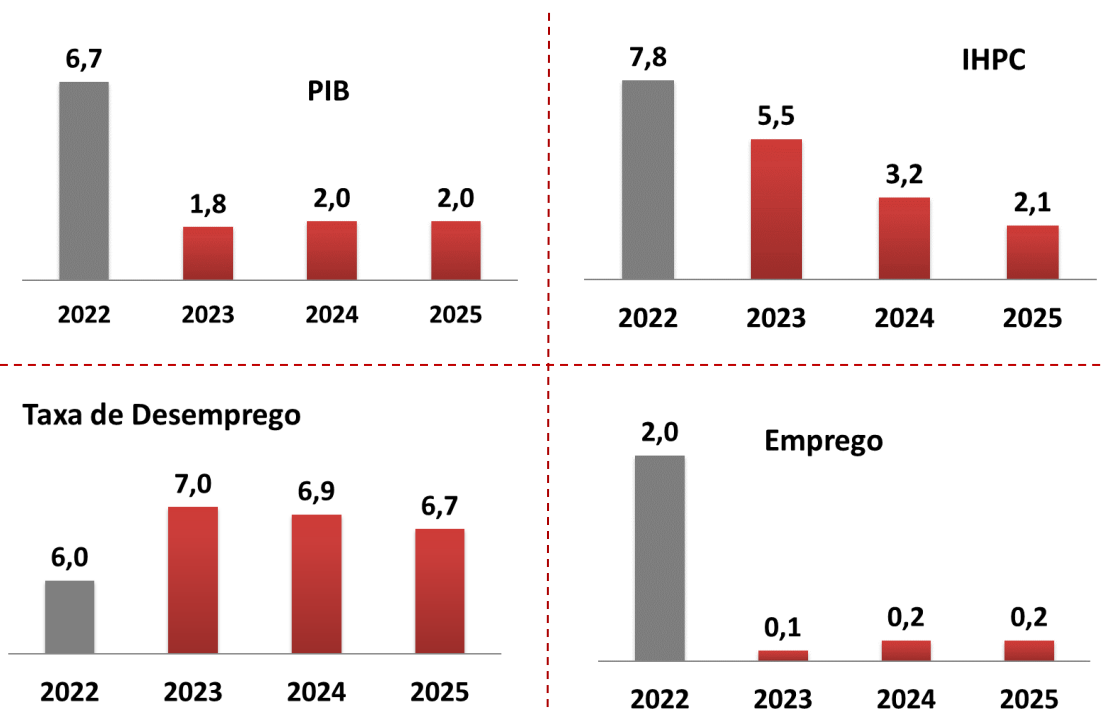
# INDICADORES EM ANÁLISE

- 1. PREVISÕES ECONÓMICAS**
- 2. FINANÇAS PÚBLICAS EM 2022**
- 3. TAXA DE INFLAÇÃO EM FEVEREIRO**
- 4. EMPREGO E DESEMPREGO EM FEVEREIRO**
  - 1) População Empregada
  - 2) População Desempregada
  - 3) Subutilização do trabalho
- 5. DESEMPREGO REGISTADO EM FEVEREIRO**
- 6. SUBSIDIO DE DESEMPREGO EM FEVEREIRO**

# 1. PREVISÕES ECONÓMICAS – Banco de Portugal

Após o maior crescimento dos últimos 35 anos, em 2022 (6,7%), a economia portuguesa deverá crescer 1,8% em 2023 e 2% em 2024 e 2025, continuando a convergir com a área do euro no horizonte de projeção. Este maior crescimento da atividade em Portugal deverá refletir o dinamismo das exportações de serviços, a retoma do investimento (maior recebimento de fundos) e o crescimento da produtividade, associado ao aumento das qualificações da população. Por outro lado, o consumo cresce mais moderadamente em Portugal do que na área do euro, condicionado pela maior exposição à subida das taxas de juro, devido ao peso expressivo dos empréstimos a taxa variável.

Relativamente à taxa de inflação, ultrapassado o pico de 7,8% no ano passado, deverá reduzir-se gradualmente para 5,5% em 2023, 3,2% em 2024 e 2,1% em 2025. Desde o final de 2022, tem-se registado uma redução dos custos das matérias-primas energéticas, contribuindo para uma redução das pressões externas sobre os preços no consumidor.



O mercado de trabalho deverá manter-se robusto, projetando-se a manutenção do emprego em níveis elevados e ganhos de salário médio real, o que sustenta o rendimento disponível das famílias.

O emprego varia 0,1%, em média, entre 2023 e 2025, devido a uma estabilização da população em idade ativa, com os fluxos de imigração a compensarem a evolução do saldo natural.

A taxa de desemprego aumenta para 7% em 2023, reduzindo gradualmente para 6,7% em 2025.

# 2. FINANÇAS PÚBLICAS EM 2022

## 1. SALDO ORÇAMENTAL

Após ter disparado para 5,8% em 2020, o défice das Administrações Públicas, caiu para 2,9% em 2021, mantendo a sua trajetória descendente em 2022, fixando-se em 0,4% do PIB. Este valor acabou por ficar muito abaixo da previsão do Governo, que em Outubro, no Orçamento do Estado para 2023, estimava em 1,9% do PIB em 2022. Esta evolução reflete a recuperação da atividade económica e do mercado de trabalho face ao ano anterior, ainda condicionado pelo contexto pandémico.

De acordo com os resultados provisórios, esta diminuição do défice ficou a dever-se sobretudo ao aumento da receita a receita total das AP que aumentou 10,2% (+9,8 mil milhões de euros) e a receita corrente, cujo aumento foi de 11,3% (+10,6 mil milhões de euros). As três grandes componentes da receita corrente aumentaram a ritmos diferentes, salientando-se o acréscimo dos impostos sobre o património e o rendimento, que atingiu 24,1%.



A despesa total das AP registou um aumento de 4,4%, refletindo o crescimento mais acentuado da despesa de capital (+15,0%) e mais moderado na despesa corrente (+3,5%).

O aumento da despesa corrente refletem já as novas medidas de mitigação dos efeitos dos elevados preços de diversos bens e serviços, adoptadas no último trimestre do ano, nomeadamente bens energéticos, e também os efeitos de algumas medidas de política pública no contexto da pandemia Covid-19, em grau inferior ao observado nos dois anos anteriores.

## 2. DIVIDA PÚBLICA

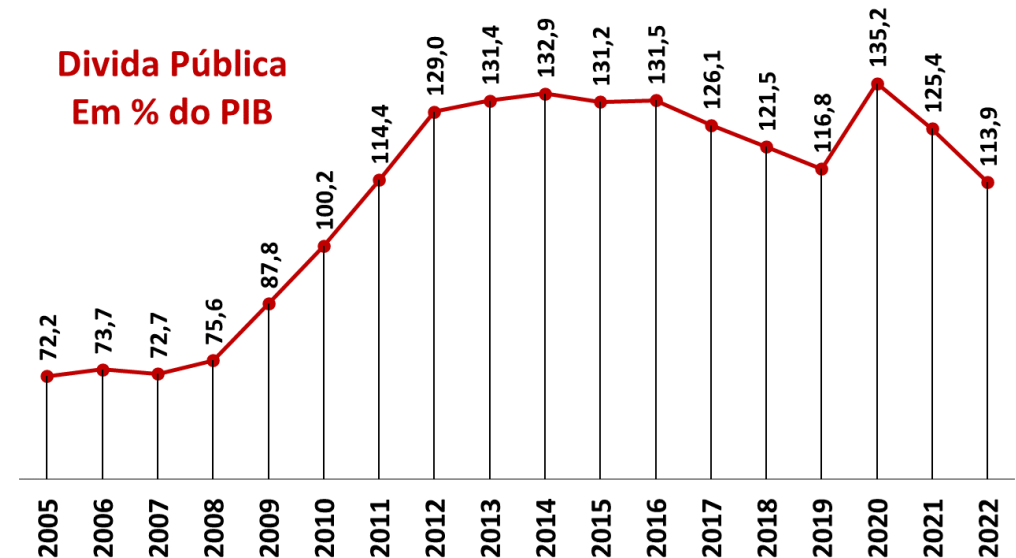
Depois de, em 2020, atingir um recorde de 135,2% do PIB, Portugal retomou, em 2021, a trajetória de redução de dívida pública, interrompida pela pandemia, sofrendo uma forte redução de 7,8 p.p. do PIB diminuindo para 125,4% em 2021. Esta trajetória manteve-se em 2022, atingindo-se os 113,9% do PIB, superando a meta prevista de 116,6% (no OE2023, Outubro de 2022). O valor agora alcançado representa uma redução de 11,5 pontos percentuais relativamente ao final do ano anterior.

Esta forte redução da dívida pública foi possível devido à forte recuperação da economia portuguesa, permitindo amortizações de títulos de dívida, que foram parcialmente compensadas pelo aumento de passivos em depósitos, designadamente devido às emissões de certificados de aforro.

O valor agora atingido fica abaixo dos níveis pré-troika e do nível registado em 2019 (antes da pandemia), aumentando assim a credibilidade internacional e confiança na economia portuguesa, com o país a afastar-se da frente das dívidas públicas europeias (Grécia e Itália).

Para 2023, prevê-se uma nova redução do endividamento público, que deverá cair para 110,8% do PIB. Isto apesar de se esperar uma desaceleração da economia para 1,3%.

Numa altura em que a subida das taxas de juro colocam um pressão adicional aos países mais endividados e às famílias com créditos à habitação, para além da manutenção da taxa de inflação em níveis elevados, e a previsível subida taxa de desemprego os valores agora alcançados podem e devem aumentar as margens de actuação na área social.





# 3. TAXA DE INFLAÇÃO EM FEVEREIRO

Em Fevereiro, a **variação média dos últimos doze meses** do Índice de Preços no Consumidor foi de 8,6% (8,2% em Janeiro), devido sobretudo a um forte aumento do índice dos produtos alimentares não transformados que foi de 14,8% (13,5% em Janeiro), enquanto o índice dos produtos energéticos apresentou uma variação de 21,9% (23,1% no mês anterior).

A taxa de **variação mensal** foi de 0,3% (-0,8% no mês anterior e 0,4% em Fevereiro de 2022).

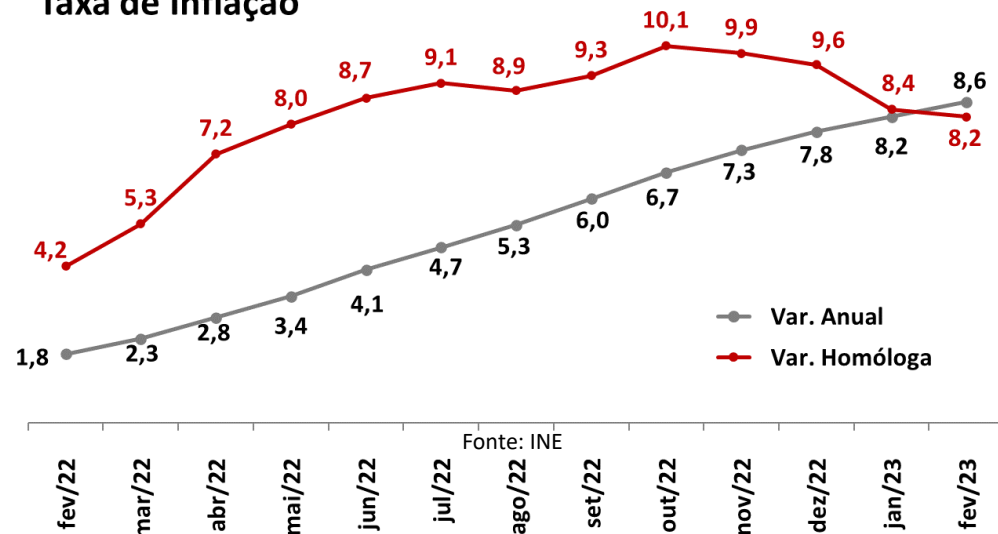
A **variação homóloga** do IPC foi 8,2% em Fevereiro de 2023, taxa inferior em 0,2 p.p. à registada no mês anterior e quase o dobro do registado há um ano. Este é já o quarto mês de abrandamento e o valor mais baixo desde Maio de 2022.

Por classes de despesa e face ao mês precedente, são de destacar os aumentos das taxas de variação homóloga das Comunicações e do Lazer, recreação e cultura, com variações de 3,6% e 4,1% respetivamente (-1,0% e 2,7% no mês anterior).

Em sentido oposto, as variações dos preços das classes dos Transportes e da Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis, diminuíram para, 2,6% e 6,9% (4,7% e 8,1% no mês anterior), respetivamente.

Apesar de se registar um abrandamento dos preços, os valores registados em Portugal situam-se ligeiramente acima dos registados na Zona Euro. Em Fevereiro de 2023, o IHPC (o indicador utilizado para comparações a nível europeu) fixou-se em 8,6%, enquanto que na Zona Euro foi de 8,5%.

**Taxa de Inflação**





UNIÃO GERAL DE  
TRABALHADORES

# 4. EMPREGO E DESEMPREGO EM FEVEREIRO

## 1. POPULAÇÃO EMPREGADA

Em Fevereiro de 2023, a média da população empregada foi estimada em 4.923,5 mil, tendo aumentado 0,5% (+26,2 mil) em relação ao mês anterior e 0,6% comparativamente a um ano antes.

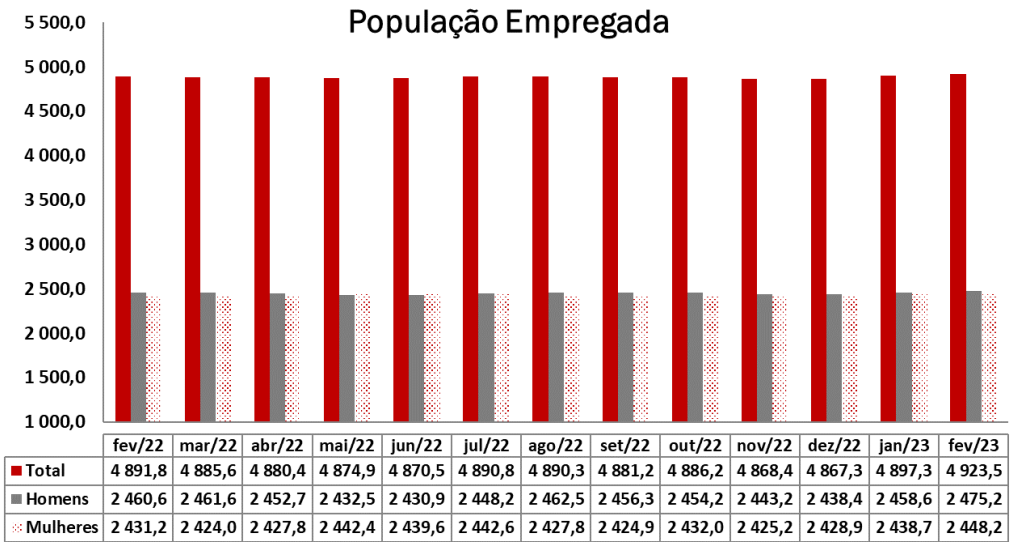
- Este aumento traduziu-se num aumento de quase 32 mil (31,7 mil) postos de trabalho num ano.

Apesar da **taxa de emprego** feminina (61%) ser bastante inferior à masculina (67,4%), foram sobretudo as mulheres que registaram um maior aumento na população empregada:

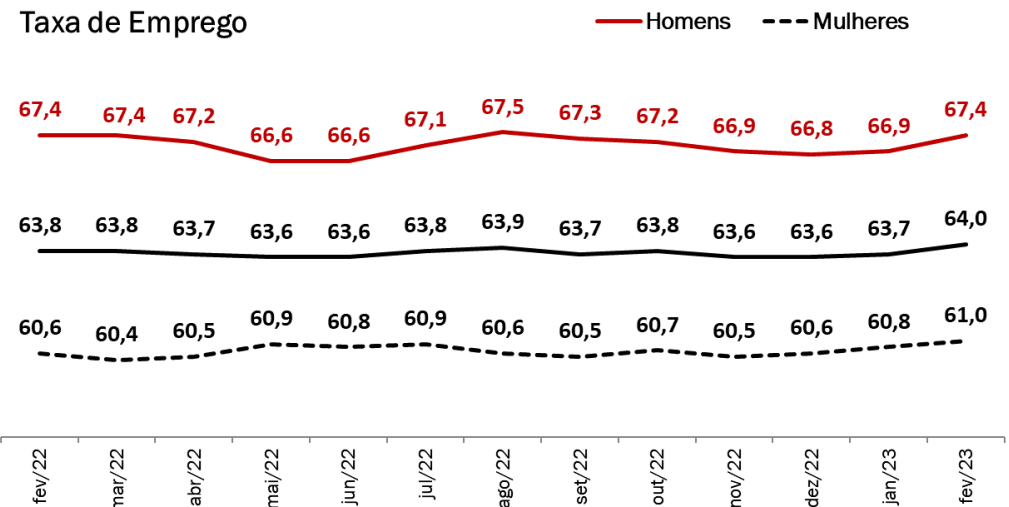
- No último ano, as mulheres registaram um aumento no emprego de 0,7% (+17 mil) revelando-se um crescimento superior à média nacional.

A taxa de emprego situou-se em 64%, aumentando 0,2 p.p. em relação a Fevereiro de 2022.

O país vive perto do pleno emprego, mas é necessário, requalificar e ter capacidade de atração e de retenção de mão-de-obra qualificada.



Fonte: INE



## 2. POPULAÇÃO DESEMPREGADA

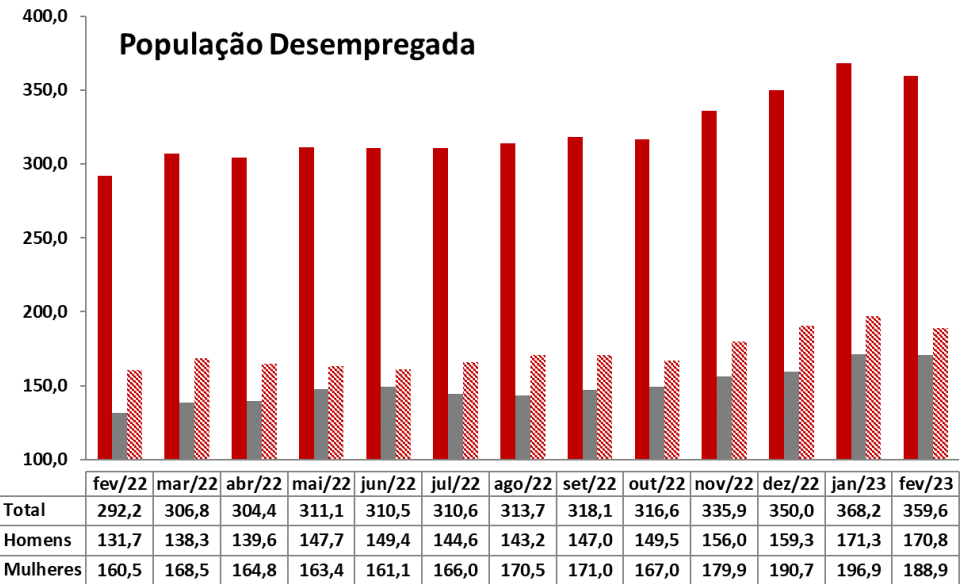
Em Fevereiro de 2023, a **população desempregada**, foi estimada em 359,6 mil pessoas, diminuindo em relação ao mês anterior (-2,3%) e aumentado fortemente em relação a Fevereiro de 2022 (+23,1%).

Para este aumento da população desempregada contribuíram:

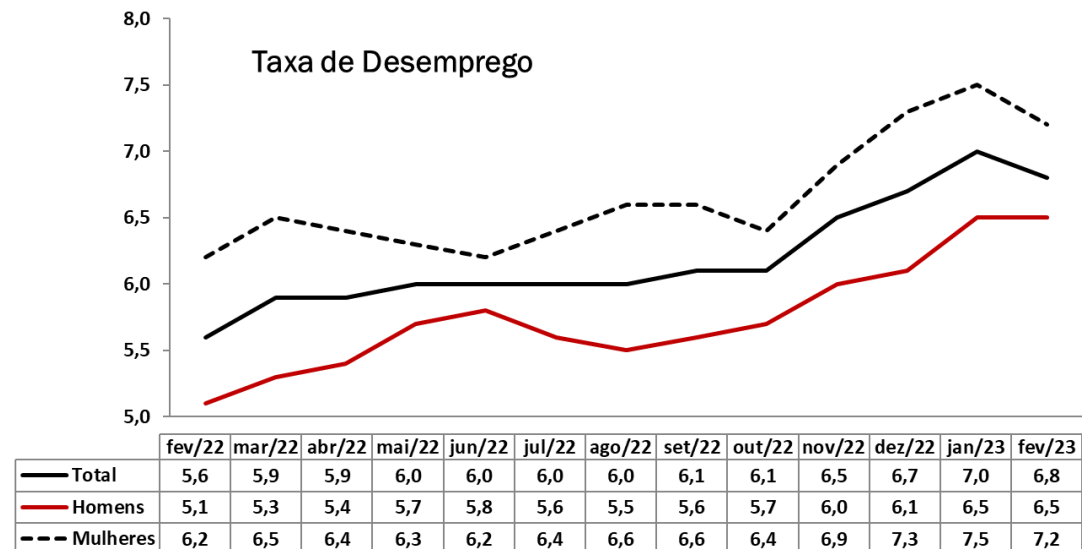
- Mais os **homens** (+39,1 mil; +29,7%) do que as mulheres (+28,4 mil; +17,7%);
- Os **adultos** (25 aos 74 anos), com um aumento de 27,1% (+61,9 mil), que se revelou ser um aumento superior ao dos jovens (+8.6%; +5,5mil).

A **taxa de desemprego** situou-se em 6,8%, valor inferior ao do mês precedente, mas superior ao de um ano antes (+ 1,2p.p.).

- A taxa de desemprego dos homens (6,5%) continua abaixo da média nacional, enquanto a das mulheres (7,2%) se mantém bastante acima.



Relativamente aos **jovens** (16 aos 24 anos), a taxa de desemprego situou-se em 18,8%, tendo diminuído 2,1 p.p. em relação ao mês anterior (20,9%).





### 3. SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO

A subutilização do trabalho (que inclui a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inactivos à procura de emprego mas não disponíveis para trabalhar e os inactivos disponíveis mas que não procuram emprego), em Fevereiro de 2023, situou-se em 649,4 mil pessoas, o que correspondeu a um aumento de 9,3% (+55,3 mil) em relação à estimativa de Fevereiro de 2022 e a uma diminuição de -1,5% (-10,2 mil) relativamente à de Janeiro de 2023.

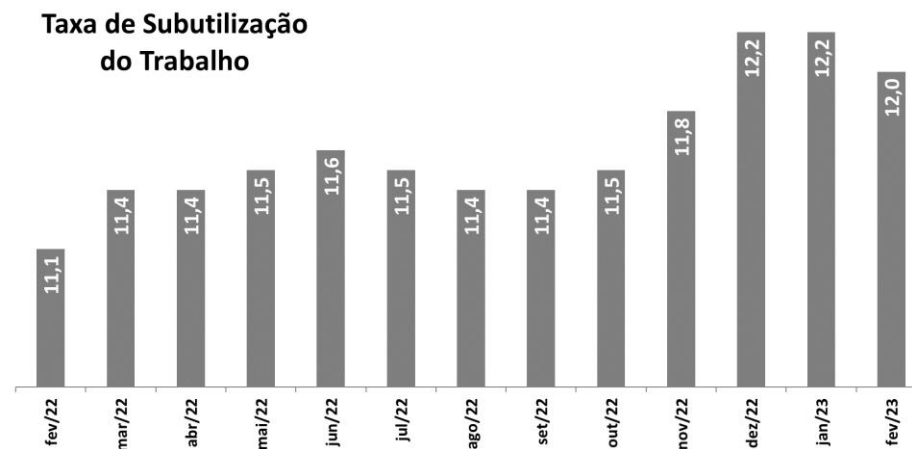
A população desempregada é o indicador com maior peso (55,4%) no total da subutilização do trabalho, seguido do subemprego de trabalhadores a tempo parcial (23,5%). No entanto são os Inativos disponíveis, mas que não procuram emprego que registaram a maior descida de todos os indicadores, relativamente a Fevereiro de 2022 (-20,3%; -27mil).

Valores ajustados de sazonalidade

	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22	jan/23	fev-23 (p)			
	Milhares de pessoas												Milhares	Em %	Var. Hom. Anual	
													de pessoas	do Total	Nº	(%)
<b>Subutilização do trabalho (15 a 74 anos)</b>	<b>594,1</b>	<b>612,9</b>	<b>613,4</b>	<b>617,8</b>	<b>618,2</b>	<b>617,2</b>	<b>609,6</b>	<b>609,3</b>	<b>614,9</b>	<b>634,2</b>	<b>656,5</b>	<b>659,6</b>	<b>649,4</b>	<b>100,0%</b>	<b>55,3</b>	<b>9,3%</b>
População desempregada	292,2	306,8	307,8	311,1	310,5	310,6	313,7	318,1	316,6	335,9	350,0	368,2	359,6	55,4%	67,4	23,1%
Subemprego de trabalhadores a tempo parcial	140,6	143,7	144,8	143,1	141,0	140,4	138,7	139,7	141,7	144,4	148,8	148,8	152,4	23,5%	11,8	8,4%
Inativos à procura de emprego mas não disponíveis	28,3	29,4	28,2	31,1	37,1	39,9	34,4	30,2	30,8	28,8	33,1	33,3	31,4	4,8%	3,1	11,0%
Inativos disponíveis mas que não procuram emprego	132,9	133,0	132,5	132,4	129,6	126,3	122,8	121,3	125,8	125,1	124,6	109,4	105,9	16,3%	-27,0	-20,3%

Fonte: INE

- A taxa de subutilização do trabalho tem registado algumas oscilações com tendência a aumentar desde Outubro de 2022
- Em Fevereiro de 2023, a taxa de subutilização do trabalho atingiu os 12%, diminuindo 0,2 p.p. em relação ao mês anterior e aumentado 0,9 p.p face ao mesmo período do ano anterior.





UNIÃO GERAL DE  
TRABALHADORES

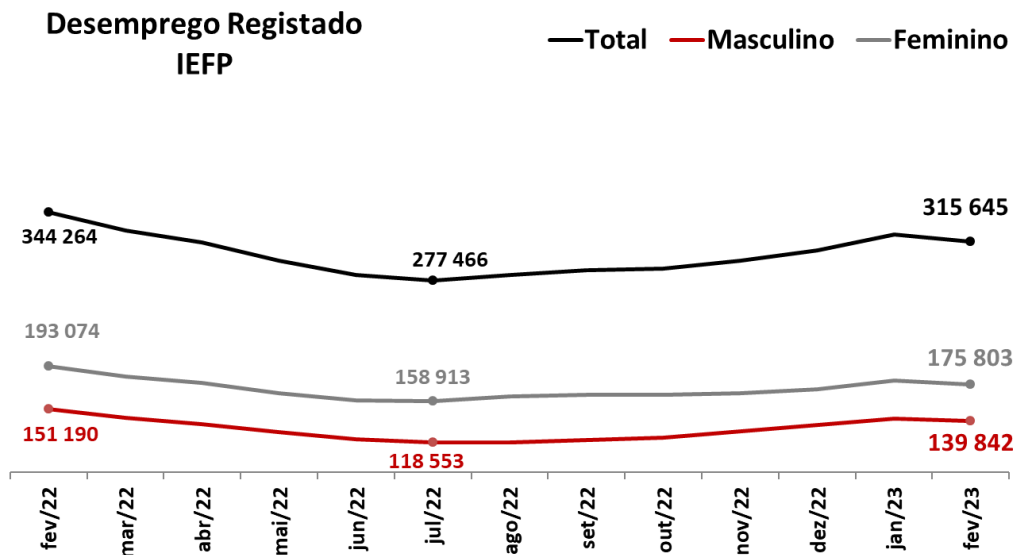
# 5. DESEMPREGO REGISTRADO EM FEVEREIRO

No final do mês de Fevereiro de 2023, estavam inscritos nos Centros de Emprego 315.645 indivíduos, o que corresponde a uma variação homóloga de -8,3% (-28.619 pessoas) e a uma variação mensal de -2% (-6.441 pessoas). Para a diminuição do desemprego registado, face ao mês homólogo de 2022, contribuíram todos os grupos de desempregados, com destaque para:

- As mulheres (-8,9%; -17.271), que continuam a representar a maioria dos desempregados inscritos (55,7%);
- os inscritos há mais de um ano (-28,5%; -48.150);
- os que procuravam novo emprego (-8,4%; -26.320);
- os que possuem como habilitação escolar o nível superior (-15,3%; -7.053)

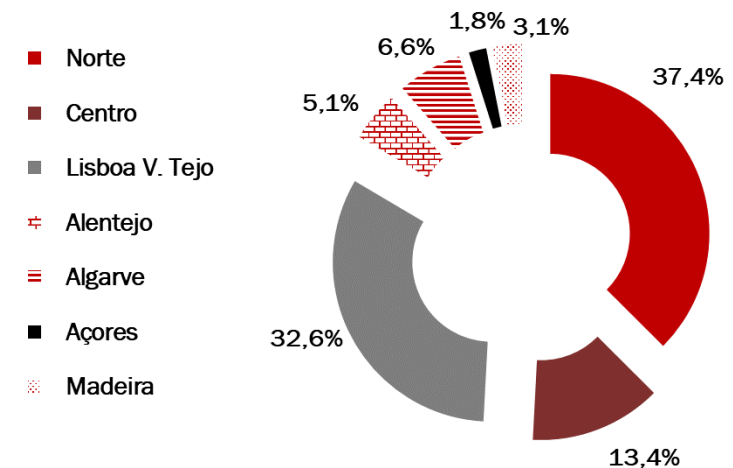
A nível regional, no mês de Fevereiro de 2023, o desemprego registado diminuiu em todas as regiões do País, com excepção da região do Alentejo, que registou uma subida do número de desempregados inscritos, face a Fevereiro de 2022 (+7,3%; +1.092).

As quebras mais significativas foram observadas no Algarve (-10,7%), Lisboa (-10,2%) e Região Autónoma da Madeira (-32,1%) – regiões tipicamente turísticas.



Fonte: IEFP

Em % do Desemprego Total  
Fevereiro 2023





UNIÃO GERAL DE  
TRABALHADORES

# 6. SUBSIDIO DE DESEMPREGO EM FEVEREIRO

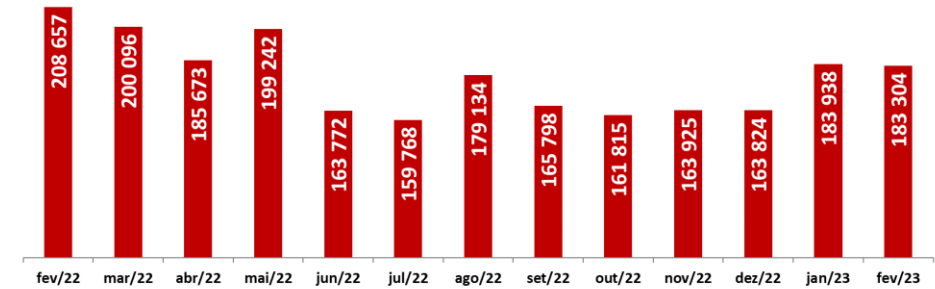
Em Fevereiro de 2023 registaram-se 183.304 beneficiários das prestações de desemprego, revelando um decréscimo de 12,2% (-25.353) face ao mesmo mês do ano anterior e de 0,3% (-634) tendo em conta o mês anterior, aumentando, o peso do desemprego subsidiado de 63% para 64,1% (+1,1 p.p.)

Esta é uma situação preocupante, uma vez que existe uma percentagem significativa, de desempregados que não têm acesso a esta prestação social (35,9%; 102.719) agravando as situações de pobreza e exclusão social.

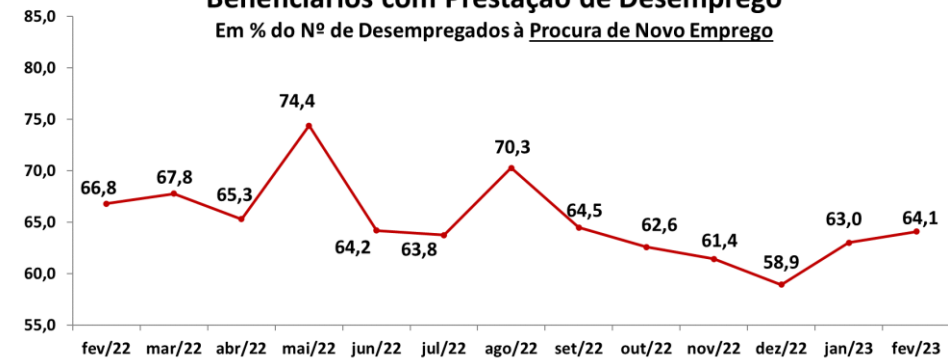
Em Fevereiro, o valor médio das prestações de desemprego manteve-se praticamente inalterado, passando de 573,49€ para 570,89€ por beneficiário (-0,5%; -2,6€), face ao mês anterior. Ao compararmos, com o mesmo período do ano anterior, regista-se um aumento de 4,1% (+22,73€).

Recorde-se que em 2022 o valor do subsidio de desemprego aumentou de 1IAS para 1,15IAS, ou seja, em 2023, com o IAS de 480,43€, o subsidio de desemprego mínimo será de 552,49€.

Número Total de Beneficiários do Subsidio de Desemprego



Beneficiários com Prestação de Desemprego  
Em % do Nº de Desempregados à Procura de Novo Emprego



Cobertura do Subsidio de Desemprego - Fevereiro 2023

